

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 65ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 03 de agosto de 2015

Aos três dias do mês de agosto do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Sexagésima Quinta Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos do Município de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; de Diadema, LAURO MICHELS, e do presidente da Câmara Municipal de Mauá, FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA, prefeito em exercício. Ausentes justificadamente os Prefeitos de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO, e de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu início à pauta, anunciando e agradecendo a presença do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Unger, juntamente com sua comitiva. Com a palavra, o Secretário Executivo, Sr. Luis Paulo Bresciani cumprimenta e agradece a presença de todos em seguida inicia uma breve apresentação sobre o PPA Regional Participativo, relatando que este é o atual plano de trabalho do Consórcio. Lembra que a sede do Consórcio possui o nome do Prefeito Celso Daniel, fundador do Consórcio, e que a entidade completará 25 anos em dezembro, dos quais os últimos cinco anos foram como Consórcio público. Reforça que o Consórcio é multisetorial, com atuação em todos os campos das políticas públicas e vem cumprindo uma trajetória de transição do papel de articulação com a esfera federal e estadual para captação de recursos e articulação de projetos, e agora assume um papel de execução de programas compartilhados, além da sua tradição de planejamento, considerando importante o diálogo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Reforça que esse é o terceiro estágio do planejamento regional, sendo que em 2013 aprovou-se o primeiro Plano Plurianual Regional Participativo em âmbito nacional, e que tem sido uma referência para uma série de consórcios públicos de outros estados. Em seguida, são entregues os exemplares do PPA regional ao Ministro Mangabeira Unger e sua comitiva, como síntese do documento oficial aprovado pelos 7 prefeitos em dezembro de 2013 e indicando as prioridades do Consórcio para o período de 2014 a 2017. Resumidamente, o Secretário Executivo destaca que o PPA Regional trabalhou com cinco grandes desafios, ligados aos temas da infraestrutura regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, desenvolvimento econômico regional, inclusão social e direitos humanos e gestão e administração. A partir disso foram definidos os 11 programas que abrigam as 63 ações prioritárias para o quadriênio de 2014 a 2017. Em mobilidade urbana, destaca os recursos do PAC Mobilidade, com obras já foram iniciadas no município de Rio Grande da Serra e os demais municípios estão em fase de contratação. Além disso, executamos o Plano de Mobilidade Regional, finalizado em 2013, com investimento necessário estimado em 7,8 bilhões, com 16 eixos prioritários sendo que quatro deles foram incluídos na primeira etapa do PAC Mobilidade. No programa de drenagem urbana, destaca as ações do plano regional de drenagem, que

vem sendo elaborado juntamente com os planos de resíduos sólidos e de redução de riscos, tema onde o Consórcio tem avançado muito nos últimos anos, incluindo articulação junto ao CEMADEN desde 2011 e a atualização dos mapas de risco para o devido mapeamento e plano de remoção das moradias em áreas com maior iminência de risco, projeto já iniciado em 2014 com recursos das prefeituras e do governo do estado, que levou à remoção de mais de 500 moradias nessa condição. No programa de habitação e desenvolvimento urbano estamos iniciando com os projetos do diagnóstico habitacional da região e do plano diretor regional, ambos em parceria com a UFABC. No programa de Segurança Urbana, destacamos a elaboração do projeto de portais eletrônicos nas áreas de fronteiras e a criação do Centro Regional de Formação das GCMs, sob a gestão do Consórcio. No programa Desenvolvimento Econômico e Turismo, destaque para os projetos em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em especial o estudo sobre o setor de defesa, na fase de finalização do edital, e no campo do turismo com ênfase no turismo industrial e nas alternativas para as áreas de mananciais, considerando que temos 50% do território da região nessa condição. No programa de Saúde, temos a articulação com o ministério e secretaria estadual e estamos discutindo especialmente a questão dos complexos reguladores, a formação dos trabalhadores da saúde, e a descentralização de medicamentos. No programa Educação destaque para o estudo sobre os indicadores municipais correspondentes ao Plano Nacional de Educação visando à elaboração de um plano regional de melhoria da educação. No programa das políticas sociais e afirmativas, destaca o projeto Casa Abrigo Regional, que vem sendo realizado desde 2003 para o abrigamento de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. Em seguida, passa a palavra ao Sr. Giovanni Rocco, Secretário Executivo da Agência, para complementar as informações com relação à economia regional. Ele inicia destacando que a região é o berço da indústria nacional, destacando a parceria visando ao estudo sobre a indústria da defesa. Aqui já foram identificadas algumas lacunas, com base no contrato relativo ao Grippen, a exemplo dos sistemas de conectores elétricos que a EMBRAER importa, portanto foi identificado um mercado a ser explorado. Alerta que o desenvolvimento desse trabalho pode desencadear uma série de transbordamentos tecnológicos. Lembra que já foi realizada uma reunião com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, para que faça parte do desenvolvimento desse estudo e seja porta voz junto ao governo federal nesse processo. Em seguida, passa a palavra ao presidente Gabriel Maranhão, que convida os demais prefeitos a acrescentarem outros pontos de destaque para o conhecimento do Ministro sobre a região. O Prefeito Luiz Marinho relata sobre os problemas da região metropolitana destacando a ausência de uma governança capaz de lidar com a relevância das questões envolvidas. Foi esboçada pelo governo do Estado a criação do conselho metropolitano, mas na prática não existe uma atuação; sempre que ocorre uma eventual crise que aparentemente pode envolver o conselho, isso não se concretiza, e os prefeitos ficam entregues aos seus problemas. Relata que conseguimos buscar e tomar decisões comuns nos últimos anos e aumentamos significativamente o orçamento do Consórcio, mas estamos com problemas orçamentários dramáticos nas prefeituras, visto que o impacto da crise na economia regional é grande. Precisaríamos de uma maior integração metropolitana, não só em mobilidade, mas sem dúvida mobilidade é a maior necessidade da região metropolitana, é preciso um processo de integração operacional e tarifária nessa gestão. Lembra que São Bernardo do Campo é cortada pela linha do trólebus e não

temos uma integração. O governo federal deveria ajudar a pensar esse tema da governança metropolitana, já que o Estado não tem mostrado capacidade para avançar nesse processo. Cita também o grau de controle e interferência das agências e órgãos reguladores, além do judiciário e do ministério público, que travam e impedem a capacidade de governo dos executivos municipais, e muitas vezes ditam normas incoerentes com os projetos da administração pública. Com a palavra, o Prefeito Carlos Grana endossa as palavras do Prefeito Luiz Marinho, relatando que o drama é grande. As expectativas do Consórcio quando realizamos o PPA Regional era de tomar medidas estruturantes para o Grande ABC, algo que nunca foi feito e estamos sofrendo a falta de planejamento urbano e o crescimento desordenado, e isso resulta numa série de demandas que ficam a cargo dos municípios. Tomamos atitudes e fomos atrás dos projetos e recursos e não podemos interromper o que está em andamento, a expectativa é grande, os caminhos foram bem definidos, foi feito um estudo e um planejamento debatido com a comunidade, envolvendo os formadores sociais e econômicos da região, e reforça que não podemos interromper os programas. O Prefeito Lauro Michels cumprimenta a todos, relatando em primeiro lugar a crise econômica que o município vem sofrendo. Informa que Diadema está deixando de arrecadar 15% da receita corrente líquida, e se somar a quebra no ISS e IPTU isso gera uma perda de 30 a 35% na arrecadação. Um grande problema é o endividamento com a União, e apesar do interesse do município para negociar essa dívida, não existe um mecanismo nesse momento de crise para recuperar a situação financeira municipal, com dificuldades no andamento de convênios por conta das certidões de débito. Outra dificuldade é com relação aos contratos de outras gestões assumidos pela atual gestão, que envolvem diversas obras, dado que a União não repassou as verbas correspondentes, gerando mais dificuldades financeiras ao município. Relata também as dificuldades que o município tem na área da saúde, arcando com quase 80% do custo do seu hospital de referência. Na sua colocação, o prefeito Lauro Michels destaca o necessário esforço do governo federal para refazer o pacto da dívida com os municípios. Tem certeza de que o ajuste fiscal deve vir acoplado com algo para o município adequar a sua própria capacidade tributária. Hoje o município faz esforço para pagar a folha de pagamento, unicamente, cabendo ao governo federal lançar um plano para os municípios adequarem dívidas e fazer a economia girar, como foi feito em 2013. O secretário de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Pires, Paulo Silotti, relata que o município está integralmente em área de mananciais, o que é um agravante, dada a dificuldade do município em aumentar a arrecadação de ICMS e trabalhar com a questão ambiental. As cobranças da população são as mesmas e não há como ter um nível de investimento satisfatório. Por fim, o Presidente Gabriel Maranhão relata a realidade distinta entre os municípios. O maior desafio é a conurbação urbana, não há fronteiras entre as cidades. Com a palavra, o Ministro Mangabeira Unger agradece a todos e inicia sua fala, destacando que o Grande ABC pode ajudar a desempenhar um papel exemplar na nova estratégia de desenvolvimento nacional. Considera ser necessária uma mudança no modelo de desenvolvimento do país, com base na cooperação federativa horizontal muito bem exemplificada no Consórcio, como instrumento da construção do novo modelo. Sobre a estratégia de desenvolvimento, lembra que estamos vindo de um período histórico em que as bases do crescimento econômico no Brasil foram a massificação do consumo, a ampliação da renda popular, e a produção e exportação de bens primários

pouco transformados. Essa estratégia não é mais viável por conta de uma mudança nas circunstâncias no mundo, com a queda do preço das commodities. A trajetória anterior permitiu resgatar milhões de brasileiros da pobreza e manter a grande maioria empregada, mas tinha o defeito que agora ficou patente, de conviver com um nível muito baixo de produtividade na economia brasileira. Agora temos que construir outra estratégia, baseada em capacitações educacionais e oportunidades produtivas, com qualificação e democratização no sistema produtivo do país. Portanto uma estratégia que para além de focar só na demanda e no consumo foque na oferta e na produção. Uma grande diferença entre democratizar a economia do lado da demanda e pelo lado da oferta é que a democratização de demanda se pode fazer somente com dinheiro e pela oferta se exige inovação institucional, mudar a maneira de organizar a produção e o próprio país e nos não estamos acostumados a isso. Estamos acostumados a resolver os problemas somente com dinheiro e agora dinheiro não basta. A discussão das alternativas surge porque há uma crise, a necessidade é a mãe da invenção. Ajuste fiscal não pode ser agenda, necessitamos justamente o oposto, apontar para onde devemos avançar, e o mote deve ser afirmar a primazia dos interesses das produções e de trabalho sobre os interesses do setor financeiro. Um segundo comentário do Ministro destaca a cooperação federativa, dado que uma estratégia nacional de desenvolvimento só se efetiva quando é traduzida em ação regional. A política regional é o maior instrumento para a construção da nova estratégia nacional, mas temos visto no Brasil uma concepção viciosa da política regional. Precisamos reconstruir a nossa concepção de política regional olhando não só para o Nordeste, mas para todas as regiões do país. O objetivo da política regional não é simplesmente prover a compensação dos atrasos relativos, o objetivo da política regional é acalentar vanguardas alternativas do país, ir ao encontro de agentes já existentes e prove-los de instrumentos e oportunidades. E a política regional para servir essa finalidade não pode ser apenas construída de cima para baixo. Veja-se o caso do Nordeste, historicamente todas as instituições que cuidam da política nordestina são federais, o Nordeste vive sob tutela federal e a prática predominante dos governadores nordestinos é vir com pires na mão para Brasília e isso tem que acabar, isso não é uma política regional. Nós precisamos ter sobre tudo uma política regional construída de baixo para cima pelas próprias regiões, por uma cooperação federativa horizontal entre estados e municípios e não apenas pela cooperação federativa vertical dos três níveis da federação. Nesse sentido estamos trabalhando com os governadores inicialmente na Amazônia, Nordeste e Centro Oeste; de fato, os governadores do Centro Oeste se reuniram em julho e decidiram se organizar para fundar uma organização, chamada Brasil Central, como um consórcio interfederativo, e os próximos passos serão definidos num encontro nos dias 06 e 07 de agosto em Cuiabá. O Ministro Unger considera que o Consórcio ABC e o Brasil Central serão os dois maiores exemplos desse novo paradigma e, portanto têm uma importância enorme e podem trabalhar juntos. A respeito da agenda do Grande ABC, como exemplo desse novo projeto nacional, não desmerece a importância de temas como mobilidade e saúde, mas aborda o que lhe parecem ser as três grandes agendas visando abrir caminhos para o país. A agenda produtivista: nós temos um problema geral no Brasil, uma cultura empreendedora vibrante, mas ao mesmo tempo um primitivismo produtivo generalizado. A grande maioria das nossas pequenas e médias empresas continuam fundadas no primitivismo produtivo com tecnologias

relativamente retrogradadas e mesmo nossas maiores empresas operam com tecnologias e praticas relativamente estreitas em comparação a outros países. Em particular faz falta no Brasil uma figura que desempenhou um papel crítico nas grandes economias do mundo, que é a empresa média de vanguarda. A empresa pequena não tem escala para vanguardismo e empresa grande costuma ser rígida demais, a chave é ter um desenvolvimento institucional que combine acesso a crédito e tecnologias avançadas. Capital em si não basta, o coração do nosso parque industrial estabelecido em meados do século passado é aquilo que os especialistas costumam chamar de fordismo industrial, a produção em grande escala de bens e serviços padronizados, com processos produtivos e maquinaria rígida, e relações de trabalho muito hierárquicas. O nosso fordismo industrial tardio alcançou padrões de excelência fabril, mas continua retrógrado no meio tecnológico. Nós temos que organizar uma escalada de produtividade e em termos práticos abraçar dois projetos distintos de política industrial, o mais prático é acelerar a passagem para além do fordismo industrial como uma novo paradigma de produção, que é a produção descentralizada e flexibilizada, customizada com inovação permanente. A segunda tarefa é organizar uma travessia direta do pré-fordismo para o pós-fordismo. Aqui no ABC existem ambas as realidades. Essa economia periférica também se manifesta aqui e a maioria das pessoas está empregada na primeira economia. O ABC já tem um dos requisitos essenciais para cumprir a segunda tarefa que é a organização sindical. E pode providenciar um segundo requisito que é a formação técnica de recursos humanos necessários para um novo paradigma. Um dos termos privilegiados para a execução é o complexo industrial da defesa. Em todo o mundo a indústria da defesa está intimamente vinculada ao vanguardismo produtivo tecnológico. Um dos eixos da estratégia nacional de defesa é a formação de um complexo industrial da defesa. O que se aponta é juntar pesquisa avançada com produção avançada. Hoje se produz material rudimentar e se faz pesquisa avançada que não tem nada a ver com a produção, e ao mesmo tempo a estratégia nacional de defesa determina que se construa um regime jurídico especial para empresas privadas, mas assegura ao Estado um papel estratégico nas empresas de defesa. O ABC pode atuar por conta própria, aproveitando o potencial do complexo industrial da defesa para organizar esse papel no vanguardismo pós-fordista. Para isto precisamos de três conjuntos de ação: facilitar a localização física dessas empresas, ajudar a formar os recursos humanos, e em terceiro lugar, a maior novidade, por via de ação interfederativa, ajudar a prover as tecnologias necessárias para as pequenas e médias empresas que participariam do complexo industrial da defesa. O Estado poderia ajudar a resolver o problema de escala em troca de participações acionárias nessas empresas. Temos que resolver o problema inventando novas formas de associação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada. Essa é a primeira grande agenda e tem que ter um foco, que é ultrapassar o horizonte do fordismo industrial e constituir os pontos de partida desse novo vanguardismo produtivo. A segunda agenda é a capacitadora, estamos engajados no projeto prioritário do governo de qualificação do ensino básico para melhorar a qualidade da educação pública no Brasil revolucionando o ensino, substituindo o que temos de educação enciclopédica e “decoreba” por uma educação que priorize as competências analíticas centrais, como raciocínio lógico e a interpretação de textos. Isso só ira acontecer por cooperação federativa. Não temos na educação o desenho institucional como temos na saúde com o SUS, e isso vai exigir todo o conjunto de

iniciativas determinadas a qualificar os professores e diretores de ensino. Nesse universo de transformação da natureza da educação do Brasil, há uma vertente crucial para o avanço do produtivismo, que é a construção de um novo paradigma de educação técnica em nível secundário. Mas agora precisamos de outro estilo de educação técnica, que foque as capacitações genéricas exigidas pelas máquinas numericamente controladas. Temos no Brasil uma organização que já avançou muito na construção desse novo paradigma, que é o SENAI. E uma das alternativas a adotar é o Consórcio trabalhar com o SENAI para difundir dentro do ABC esse paradigma avançado de educação técnica. A terceira agenda é da gestão pública e novamente não é algo específico ao ABC, mas essa região novamente tem o papel de vanguarda. Temos que executar simultaneamente três agendas de gestão pública. A agenda de profissionalismo de construção de carreiras, uma agenda do século XIX mas inacabada no Brasil. Em segundo lugar temos um agenda de eficiência administrativa, via mecanismos de avaliação internos e externos ao aparato do Estado e que só vai funcionar se mudarmos no Brasil o sistema de controle, não pode ser uma camisa de força que anule a gestão pública, precisa ser reorganizado como uma qualificação da gestão. Já se iniciou o trabalho com o TCU no conjunto de propostas destinadas a mudar o regime. A terceira agenda me parece mais interessante ao ABC, que é do experimentalismo nas políticas públicas. E há dois grandes campos para esse experimentar, já que temos no Brasil e no mundo uma espécie de fordismo administrativo, com a provisão de serviços públicos padronizados e de baixa qualidade. É preciso evoluir para outro sistema em que o Estado assegura o mínimo universal a todos os cidadãos e ao mesmo tempo opera no desenvolvimento de serviços públicos mais complexos e custosos. Mas na grande área entre chão e teto, o Estado engaja a sociedade civil para participar da provisão experimental dos serviços públicos, por exemplo, por meio de organizações sociais sem objetivo de lucro. O segundo grande campo é nas ações produtivas mediante parcerias entre poder público e instituições privadas, como discutíamos há pouco sobre o complexo industrial da defesa. O Ministro Mangabeira Unger encerra sua fala, relatando que esses são projetos que permitiriam ao ABC desempenhar um papel de vanguarda por meio da cooperação federativa horizontal do Consórcio. E o Brasil precisa do ABC a rebeldia fecundada pela imaginação institucional. Expressa o desejo de trabalhar com os prefeitos e transformar essa agenda inicial em uma agenda de trabalho e não só construir esses projetos, mas apresenta-los nacionalmente como um exemplo a seguir em outras partes do país. Com a palavra, o Prefeito Carlos Grana diz que tem muita convergência com os temas apresentados, sendo uma característica dele e do prefeito Luiz Marinho, pois estiveram presentes em várias iniciativas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na necessidade de melhorar a produtividade e colocar o ABC como centro de referência e retomada industrial, e houve um avanço muito grande nas grandes multinacionais do ABC. Boa parcela dos empresários da região acompanhou esse processo, onde o movimento sindical é a vanguarda. Percebe-se que as empresas hoje não são dos anos 1980 e 1990, e boa parte dos empresários não acompanharam essas iniciativas, continuam com os mesmos métodos, dilemas e incapacidades de ousadia. Percebe essa evolução significativa na região e registra que o SENAI é pouco destacado no que tange ao desafio de desenvolvimento tecnológico para a região. Lembra que o Prefeito Luiz Marinho, no início do seu mandato articulou trazer ao ABC o Instituto Federal de Tecnologia, foram realizadas várias reuniões para se estabelecer na região,

porem esse projeto está atrasado há 1 ano e meio por falta de recursos do instituto. Com a palavra, o Prefeito Luiz Marinho fala que essa discussão de indústria de defesa tem todo um debate acontecendo e buscando envolver empresas que não fazem parte da cadeia. O que importa na colocação do ministro é como podemos colaborar como catalisador de um processo e continuar a partir da provocação a trazer novos atores junto com a agenda comum. O Prefeito Gabriel fala que uma das grandes funções do Consórcio é perpetuar as boas praticas. Com a palavra, o Secretário Executivo fala da proposta de encaminhamento, mencionando que o mais interessante seria um desdobramento das ações entre a direção do Consórcio e a Secretaria, para construir essa agenda concreta. O ministro retoma a palavra para convidar o Consórcio a participar do encontro entre os governadores de Estado que recém constituíram o consórcio Brasil Central, que ocorrerá na semana seguinte. O Presidente Gabriel Maranhão acolhe o convite, cabendo a definição posterior sobre quem serão os representantes da entidade. O ministro e sua comitiva se despedem agradecendo mais uma vez pela receptividade.

No ponto seguinte da pauta são retomadas as diretrizes e o calendário para a elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Com a palavra, o Sr. Elcir Pimenta inicia sua apresentação como representante da FESP, entidade contratada para elaborar o projeto. Indicada como uma das ações prioritárias do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014-2017, a proposta começou a ser desenvolvida em junho, com prazo de nove meses para sua conclusão. O convenio foi celebrado entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP) e o objeto é a elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Grande ABC, com foco nos estudos em Programas de Coleta Seletiva, Resíduos Domiciliares e Resíduos da Construção Civil. A etapa I contempla a elaboração de diagnósticos, a etapa II a elaboração de prognósticos e a etapa III o desenvolvimento de programas, projetos e ações regionais para a gestão de resíduos sólidos. O estudo, inédito no Brasil, prevê o diagnóstico da situação na região e análise da possibilidade de sistemas integrados regionais de tratamento e destinação, potencializando todos os projetos existentes em um único plano regional e incluindo variantes como coleta seletiva, resíduos da construção civil e gestão compartilhada.



A instituição contratada se reuniu com o comitê do programa em questão e elencou algumas questões estratégicas incorporadas no plano, descritas a seguir. Resíduos Domiciliares: projeções e elaboração de cenários para a gestão de resíduos, buscando alternativas de sistemas de tratamento de resíduos na perspectiva da gestão integrada regionalmente. Resíduos da Construção Civil: proposição de programas e ações voltadas para a integração dos sistemas de tratamento de resíduos da construção civil, bem como disciplinar as atividades de geradores, transportadores e receptores de resíduos de construção civil e modernizar os instrumentos de controle e fiscalização, agregando tecnologia da informação. Programas de Coleta Seletiva: o uso de um modelo matemático matricial permitirá apresentar cenários sustentáveis para a coleta seletiva de embalagens, cujos princípios orientadores se baseiam na melhoria da eficiência, na otimização da operação e de um custo sustentável do ponto de vista econômico.

ESTUDOS QUE COMPOEM O PLANO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO GRANDE ABC

Estudo	Nº	Conteúdo previsto	Relatório	Prazo											
				1	2	3	4	5	6	7	8	9			
I	Diagnóstico	I.1	Caracterização socioeconômica dos Municípios e região	R1											
		I.2	Geração e destinação dos resíduos sólidos, com especial enfoque em Resíduos Sólidos Domiciliares, Coleta Seletiva e Resíduos da Construção Civil												
		I.3	População atendida pelos serviços de limpeza urbana, especialmente a coleta de resíduos domiciliares, a coleta seletiva e os resíduos da construção civil.												
		I.4	Localização e caracterização dos Equipamentos Públicos e Privados												
		I.5	Caracterização do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos dos municípios componentes da região												
		I.6	Caracterização dos Arranjos institucionais, sistema de gestão, de planejamento, de tarifação, de regulação e de controle.												
		I.7	Identificação dos sistemas de tratamentos existentes e tipos de disposição final na região	R2											
		I.8	Identificação dos planos, programas e projetos implantados ou em desenvolvimento nos municípios e na região												
		I.9	Levantamento da atuação de catadores na região												
		I.10	Caracterização da cadeia de reciclagem na região												
		I.11	Custos operacionais dos serviços por município, orçamentos públicos e provisões.												
		I.12	Aspectos legais que interferem na gestão regionalizada dos resíduos sólidos.	R3											
		I.13	Iniciativas de educação ambiental municipais e regional, bem como caracterização e estrutura												
		I.14	Logística Reversa												
		I.15	Análise Comparativa dos planos municipais de resíduos e Saneamento da Região												
		I.16	Quadro regional dos problemas para a gestão dos resíduos sólidos												
		I.17	Proposta de uniformização de indicadores e conceitos												
II	Prognóstico	II.1	Elaboração de cenários	R4											
		II.2	Análise do Prognóstico												
III	Programas, projetos e ações regionais para a gestão dos Resíduos Sólidos	III.1	Princípios, diretrizes e metas regionais	R5											
		III.2	Propostas de Programas, projetos e ações considerando as potencialidades de integração dos programas	R6											
		III.3	Estudo de Sustentabilidade	R7											
		III.4	Instrumentos de monitoramento, indicadores de avaliação												
		III.5	Proposta de arranjos institucionais para gestão e regulação de contratos												
		III.6	Plano de Ações de Emergência e Contingência	R8											
		III.7	Proposta de Banco de Dados Regional												
Consolidação dos estudos		Entrega do Produto Final	R9												

Elcir Pimenta destaca estarmos no 2º mês de trabalho, buscando informações nos municípios e a partir disso vamos construir os prognósticos e cenários com essas proposições de consorciamento e gestão integrada. Segue a assembleia com o próximo item da pauta, que virá através do GT SAÚDE, com o informe sobre PABinho e descentralização da entrega de medicamentos. Com a palavra, o Dr. Homero Duarte (Santo André), coordenador do GT, acompanhado pela secretária municipal de São Bernardo do Campo, Odete Gialdi, inicia sua apresentação sobre a distribuição descentralizada de medicamentos de alto custo ou Descentralização do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) inclui os medicamentos anteriormente denominados de medicamentos de dispensação excepcional ou medicamentos excepcionais. Estes

medicamentos são de uso ambulatorial e caracterizam-se pelo alto custo devido ao valor unitário ou cronicidade do tratamento. A pactuação é entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Alguns medicamentos são adquiridos diretamente pelo Ministério da Saúde, para outros há repasse federal às Secretarias Estaduais de Saúde (SES) para aquisição e dispensação dos medicamentos, e por fim, há medicamentos sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Em Diadema são atendidos por mês cerca de 4.100 pacientes, em Mauá 4.000, Rio Grande da Serra 500, Ribeirão Pires 1.200, Santo André 13.100, São Bernardo do Campo 10.300 e São Caetano do Sul 3.050. Todo gerenciamento do componente especializado é de responsabilidade da Secretaria Estadual, sendo o atendimento de toda região realizado no Hospital Estadual Mário Covas. A proposta da descentralização apresentada pelo Estado e que não foi aceita pelos municípios inclui a entrega de medicamentos via malote. Os municípios seriam responsáveis pela abertura dos processos administrativos e encaminhamento dos mesmos à SES. Também passariam a ser responsáveis pelo armazenamento, controle e dispensação dos medicamentos, incluindo a orientação quanto à correta utilização dos medicamentos. Os municípios precisam idealmente ter uma ou mais farmácias com área adequada e segura para armazenamento de medicamentos, incluindo câmara fria para guardar os termolábeis; além de recursos humanos em quantidade e qualidade adequadas. O Estado receberia toda a documentação de primeira solicitação e renovação do município, avaliaria se a mesma está correta e providenciaria a separação dos medicamentos por paciente. O transporte de todo o medicamento separado por paciente até o município seria de responsabilidade da SES. Quanto às Farmácias Especializadas nos Ambulatórios de Especialidades Médicas da Secretaria Estadual de Saúde o gerenciamento de todo componente permaneceria como responsabilidade da Secretaria Estadual. A mudança ocorreria nos locais de dispensação, que ao invés de ser centralizado no Hospital Estadual Mário Covas passaria a ocorrer também nos AMEs de Santo André e Mauá. De acordo com Homero Duarte, a descentralização para os municípios seria conveniente no caso de grupos de medicamentos que possuem um número expressivo de atendimentos, como por exemplo, tratamento dislipidemia e asma. A área técnica da Secretaria Estadual vai levantar informações sobre esta proposta e apresentar os dados na próxima assembleia dos prefeitos. Quanto à posição do Consórcio, o coordenador do GT Saúde destaca os seguintes itens: no AME, a equipe técnica da SES vai realizar visita aos AMEs de Santo André e Mauá para verificar possibilidade de instalar as farmácias nestes equipamentos estaduais; São Caetano do Sul tende a seguir a proposta de malote apresentada pelo Estado; e Diadema solicita que se avalie a possibilidade do Quarteirão da Saúde ser um local de dispensação. Outra pendência apontada pelo GT Saúde foi a indefinição quanto aos repasses dos recursos provenientes do Programa de Atenção Básica estadual, o PABinho, no valor de R\$ 3,00 por habitante/ano, o que atinge R\$ 7,7 milhões. Esse ano o governo do estado ameaçou não passar esse valor e recentemente não disse que não vai passar, mas também não disse que irá passar. Esse valor deveria ser pago em três parcelas e nesse ano não houve repasse. A posição do GT Saúde é pela garantia do repasse, além da ampliação do valor.

Deliberação: Os prefeitos rejeitaram a proposta estadual de distribuição dos remédios através de sistema de malotes, uma vez que os custos de logística, pessoal especializado, principalmente farmacêuticos e segurança, ficariam a cargo dos

municípios. Além disso, será cobrado o repasse referente ao PABinho, cabendo ainda solicitar uma reunião com o governo estadual para discutir os compromissos assumidos de implantação de duas unidades de reabilitação da Rede Lucy Montoro em Diadema e Santo André, além de um Centro de Referência do Idoso para a região, anunciados pelo governador do Estado em meados de 2013.

O ponto seguinte de pauta é a Proposição do Orçamento 2016; o Secretário Executivo apresenta a proposta orçamentária para 2016 e informa que recebemos uma proposição de Santo André sugerindo alterar o critério de cálculo do rateio, considerando somente a fonte de recursos próprios e não a receita corrente líquida total. Isso significaria uma redução no próximo ano para R\$ 27.460.608,69 partilhados de acordo com a proporção de cada município no valor global de 2014, sendo que os contratos de rateio teriam o parâmetro de 0,5% da Receita Corrente não vinculada. Existe outra discussão a ser feita sobre 2015, pois temos atualmente uma inadimplência de 48%, o que significa uma projeção de R\$ 18 milhões a menos no corrente ano. As tabelas abaixo apresentam os valores do rateio para 2015, aprovados na assembleia ora relatada.

Santo André	5.450.303,53
São Bernardo do Campo	11.889.807,86
São Caetano do Sul	3.943.846,01
Diadema	3.128.474,78
Mauá	2.359.413,98
Ribeirão Pires	479.893,47
Rio Grande da Serra	208.869,05
Orçamento 2016	27.460.608,69

Santo André	19,8%
São Bernardo do Campo	43,3%
São Caetano do Sul	14,4%
Diadema	11,4%
Mauá	8,6%
Ribeirão Pires	1,7%
Rio Grande da Serra	0,8%
total	100,0%

Deliberação: fica aprovado o orçamento do próximo ano e uma eventual repactuação de 2015 sujeita à verificação da Assembleia ao longo das próximas reuniões.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luis Gabriel Fernandes da Silveira deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. Região do Grande ABC, em 03 de agosto de 2015.

Prefeitos presentes na 65ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Presidente
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIZ MARINHO
Vice Presidente
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

LAURO MICHELS
Prefeito de Diadema

FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA
Prefeito em exercício de Mauá

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 65ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.